**Reflexões sobre a inserção da agricultura no planejamento urbano sob a ótica da multifuncionalidade.**

Camila Bezerra Nobre de Medeiros[[1]](#endnote-1)

Contato: cabnob@gmail.com

Linha de pesquisa: Estruturação e Gestão do Território

**INTRODUÇÃO**

Este resumo se integra à dissertação em desenvolvimento temporariamente intitulada *AEIS de Segurança Alimentar do Gramorezinho em Natal/RN: definições e diretrizes*, orientada pela Prof.ª Dra. Ruth Ataíde. A comunidade que dá o título ao trabalho, o Gramorezinho, se localiza no bairro de Lagoa Azul da Região Administrativa Norte de Natal e parte dos seus moradores se dedica à prática da agricultura para autoconsumo e comercialização. Tendo em vista seu caráter de ocupação irregular e perfil socioeconômico de baixa renda, o Gramorezinho foi classificado pelo Plano Diretor de Natal de 2007 (PDN/2007) como Área Especial de Interesse Social (AEIS) voltada para a Segurança Alimentar, integrando a AEIS 03i, estando ainda sujeito a delimitação e regulamentação.

Diante disso, o objetivo da dissertação é conceituar as Áreas Especiais de Interesse Social de Segurança Alimentar inseridas no Plano Diretor de Natal e estabelecer diretrizes para a regulamentação da AEIS do Gramorezinho. Para que tal objetivo seja alcançado, um dos objetivos específicos delineados é compreender a natureza das áreas de segurança alimentar e sua relação com o planejamento urbano.

De acordo com Miriam Zaar (2015), há diversas definições relacionadas ao conceito de segurança alimentar, que variam de acordo com o contexto histórico e os interesses envolvidos. Dentre as definições levantadas pela autora figuram: a administração da reserva mundial de grãos de forma a evitar crises de abastecimento, o suprimento das necessidades alimentares diárias da população em situação de carência nutricional e a garantia de proteção da saúde dos produtores, distribuidores, consumidores através de normas de higiene e segurança. Adota-se aqui o conceito utilizado na Lei Federal nº 11.346/2006, que define a Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como sendo a garantia do direito ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade, através de práticas alimentares promotoras da saúde, que respeitem a diversidade cultural, e que sejam sustentáveis nos aspectos ambiental, cultural, econômico e social (BRASIL, 2006, Art. 4º).

A promoção da segurança alimentar nos centros urbanos é fundamental, uma vez que as cidades abrigam uma concentração populacional que demanda um frequente abastecimento de alimentos. No entanto, as áreas urbanas, especialmente nos países em desenvolvimento, possuem altos índices de pobreza, o que dificulta a aquisição de alimentos nutritivos pela população de mais baixa renda.

Uma das iniciativas apontadas como capaz de promover a segurança alimentar nas cidades é a Agricultura Urbana e Periurbana (AUP), que consiste na prática da atividade agrícola nas cidades ou em suas proximidades. Além de ampliar a oferta de alimentos nas cidades, a AUP pode ser praticada pelos próprios grupos em situação de vulnerabilidade como forma de garantir uma alimentação mais adequadaii.

Embora seja primordialmente relacionada com a produção de alimentos, a agricultura é, por si, uma atividade multifuncional. Por isso, segundo Sarah Lovell (2010), a AUP deveria ser avaliada em seus aspectos multifuncionais que agregam, além das funções produtivas, funções ecológicas (como a promoção da diversidade e o controle do microclima) e funções culturais (como o lazer, a qualidade visual e a preservação do patrimônio cultural). Quando combinada a estratégias de planejamento urbano, são diversas as possibilidades de benefícios gerados pela AUP.

O **objetivo** deste resumo é, portanto, discutir a AUP sob a ótica da multifuncionalidade no contexto do planejamento urbano. Para atingi-lo, foi realizada uma revisão bibliográfica acerca do tema, utilizando principalmente artigos científicos publicados em revistas especializadas. Além disso, foram pesquisadas iniciativas de projetos de AUP, para acrescentar exemplos empíricos às reflexões teóricas.

**A AGRICULTURA URBANA E PERIURBANA (AUP) SOB A ÓTICA DA MULTIFUNCIONALIDADE**

A AUP pode se manifestar de diversas formas: hortas comunitárias, pomares urbanos, cultivo em quintais e em estruturas edificadas, chácaras e sítios, em espaços públicos ou privados. Segundo Louc Mougeot (2000), a AUP se diferencia da prática rural por estar completamente integrada ao sistema ecológico e econômico das cidades, denominado ecossistema urbano pelo autor, além de se caracterizar primordialmente por empreendimentos de pequeno porte. Sendo a agricultura uma atividade multifuncional, quando esta se integra ao contexto urbano, sua diversidade de funções pode apresentar uma série de benefícios para o planejamento das cidades.

O meio ambiente urbano, por exemplo, é um dos setores que pode se beneficiar da prática da AUP. Quando o cultivo nas áreas agrícolas se aproxima mais do modo de produção orgânico, há potencialidade para o aumento da biodiversidade e conservação da qualidade do solo. Além disso, por se tratar de uma atividade que lida com espécies vegetais, o verde acrescentado pela agricultura nas cidades contribui para a melhoria do microclima – reduzindo os efeitos das ilhas de calor – e para a redução do risco de enchentes, uma vez que acrescenta mais áreas permeáveis ao meio urbano. Da mesma maneira, contribui para redução dos ventos e pode proporcionar áreas de sombra. Além disso, o local de produção e de consumo se tornam mais próximos na AUP, reduzindo as *food miles*iii e, em consequência, contribuindo para minimizar a emissão de gases que agravam o efeito estufa, os quais agravam a sensação de desconforto térmico nas cidades.

Da mesma maneira, a produção de resíduos nas cidades, um dos grandes desafios para as áreas urbanas, pode ser melhor direcionada para uso na agricultura. Com a prática da compostagem doméstica e em áreas institucionais e comerciais, é possível gerar adubo que pode ser utilizado no processo de produção agrícola, diminuindo a pressão nos aterros sanitários das cidades.

A atividade agrícola apresenta ainda o mesmo potencial de outras infraestruturas verdes urbanas. Além da função ambiental, esse tipo de infraestrutura agrega valores à cultura e à sociedade. A presença do verde nas cidades contribui para a qualidade de vida dos seus habitantes, bem como para a criação de paisagens mais agradáveis. Quando se trata da agricultura, o tipo de vegetação e a forma de plantio agregam não apenas uma dimensão estética, mas também aspectos culturais importantes, como a preservação da cultura e de hábitos mais vinculados ao meio rural.

O simples contato visual com a agricultura nas cidades pode ser capaz de contribuir para conscientizar seus habitantes sobre as vantagens da proximidade com o local onde seu alimento é produzido. Essa consciência pode ser potencializada quando a própria população participa do processo produtivo, o que ocorre, por exemplo, nas hortas comunitárias. Iniciativas como esta, nas quais um determinado grupo com interesses em comum cultiva hortaliças e outras plantas, podem contribuir para o fortalecimento do capital socialiv nas cidades. Além da interação social, aspectos como o lazer e o relaxamento podem ser potencializados por iniciativas de agricultura urbana e periurbana, especialmente quando infraestrutura adicional é inserida no espaço destinado à prática e quando programações são pensadas para tais áreas, como piqueniques, shows e oficinas, por exemplo.

A AUP também tem sido utilizada como estratégia para repensar o uso dos espaços públicos nas cidades. Diversas iniciativas de cultivo de hortaliças e outras espécies comestíveis têm sido realizadas por grupos preocupados em retomar o uso dos espaços públicos na cidade, muitas vezes abandonados em consequência de uma lógica que privilegia as formas de lazer e socialização em espaços privados. Inseridos neste contexto estão os projetos do grupo *Hortelões Urbanos*, atuante na cidade de São Paulo, situados em espaços públicos como a Praça do Ciclista e a Praça das Corujas, ambas em São Paulo. Existem iniciativas também em outros tipos de espaços públicos, como calçadas e canteiros, e mesmo cidades inteiras que moldaram seus espaços públicos para criar paisagens produtivas como Todmordenv, no Reino Unido.

A AUP também pode ser utilizada para questionar a permanência de espaços ociosos nas cidades, que não cumprem a função social da propriedade. Há, nas cidades, uma diversidade de terrenos sem uso sendo mantidos fora do mercado de terras para alimentar a especulação imobiliária. Algumas cidades – como São Francisco, nos Estados Unidos – têm buscado acordos com os proprietários dos terrenos para permissão do usufruto temporário na área por horticultores urbanos.

Quanto aos aspectos sociais, além da importância para a promoção da segurança alimentar já citada, a prática da AUP pode gerar novos postos de emprego, renda e ocupação, tendo potencial para minimizar os graves índices de pobreza urbana. Há também iniciativas voltadas para grupos como idosos e apenados, nas quais a produção adquire um sentido mais terapêutico e de ressocialização. Ademais, segundo Lovell (2010), estudos comprovam que este tipo de empreendimento pode diminuir os índices de violência, alarmante em diversas cidades, além de melhorar as relações inter-raciais. A prática pode ainda promover o empoderamento de comunidades, que passa a adquirir novos conhecimentos, habilidades técnicas e de relacionamento quando envolvidas com a AUP.

Iniciativas educacionais também podem ser potencializadas pela AUP, especialmente através da implementação de hortas em escolas, onde os alunos e a comunidade acadêmica possam unir experiências práticas à teoria, adquirindo novos conhecimentos relacionados à educação ambiental, culinária, nutrição, ciências e cultura. Os conhecimentos adquiridos podem formar cidadãos mais comprometidos com as suas escolhas alimentares e o impacto que estas causam no meio ambiente e podem se refletir em uma maior conscientização relacionada a outras questões socioambientais, contribuindo para o engajamento social na construção de uma cidade melhor.

Há ainda vantagens para o setor econômico, com a possibilidade de fortalecimento da economia local e da economia solidária. Além disso, setores como o turismo podem se associar à AUP, atraindo visitantes que desejam conhecer iniciativas interessantes e mesmo retomar o contato com um modo de vida mais rural ou aprender sobre os modos de produção e processamento adotados no empreendimento. Exemplo disso são as áreas produtivas que têm associado às suas atividades serviços como restaurantes, utilizando como estratégia de marketing a oferta de refeições naturais, locais, frescas, feitas na hora.

**OPORTUNIDADES E DESAFIOS PARA A INCLUSÃO DA AUP NO PLANEJAMENTO URBANO**

São diversos os estudos que apontam para os benefícios da prática da agricultura nas cidades. Porém, de acordo com Lovell (2010), pouco se tem avançado na institucionalização dessa prática nas políticas de desenvolvimento urbano. A autora afirma que paisagens agrícolas são geralmente consideradas como áreas para desenvolvimento futuro por planejadores urbanos e que raramente se dá a elas a importância devotada a outras áreas verdes.

Dentre os outros desafios a serem enfrentados pela AUP estão a poluição do ar e dos recursos naturais, como o solo e a água, nas cidades. Quanto ao solo, há alternativa de executar o plantio em canteiros elevados preenchido com terra apropriada, mas em relação aos outros recursos é necessário que sejam tomadas medidas para melhoria da qualidade ambiental do espaço urbano como um todo, não apenas para permitir o cultivo, mas para potencializar a qualidade de vida nas cidades. Outro desafio é a falta de conhecimento dos citadinos em relação a técnicas de cultivo e criação de animais, o que pode ser solucionado com assistência técnica oferecida por órgãos públicos.

Uma das principais barreiras para a prática agrícola nas cidades é o alto valor da terra urbanizada, de forma que diferentes atores competem por sua posse e usufruto. Nesse sentido, as forças de mercado, especialmente o imobiliário, atuam como dominantes, buscando um aproveitamento da terra que proporcione o máximo de lucratividade.

Segundo Doralice Maia (1999), as atividades agrícolas dificilmente conseguem se manter quando são confrontadas com os interesses de mercado na disputa pela ocupação do solo urbano, sendo as propriedades de pequeno porte as mais ameaçadas e que mais facilmente se retiram do local em que se inserem.

Diante de tais barreiras, reforçar a compreensão da AUP como uma atividade multifuncional e benéfica para as cidades pode ajudar no fortalecimento da prática nas cidades. Compreendendo o caráter multifuncional da AUP é necessário pensar como potencializá-lo através do planejamento urbano.

Ao redor do planeta, há inúmeras iniciativas pontuais que buscam combinar a agricultura com outros usos, porém há uma carência de exemplos ilustrativos que mostrem uma integração total da agricultura no planejamento das cidades.

No caso do Brasil, são identificadas iniciativas de agricultura urbana em todas as regiões do país, conforme estudos conduzidos por Alain Santandreu e Ivana Cristina Lovo (2007). Há, em todas as Regiões Metropolitanas pesquisadas pelos autores, programas e projetos pontuais de AUP promovidos ou financiados por instituições e grupos sociais em diversos níveis: Governo Federal, prefeituras municipais, sociedade, academia e setor privado. Santandreu e Lovo levantam, em sua pesquisa, marcos legais, institucionais e políticas públicas para a promoção da AUP nas áreas estudadas.

Quanto aos marcos legais, os pesquisadores verificaram que estes são pouco encontrados nos municípios analisados, mas há alguns exemplos de destaque, como a legislação que criou o Programa de Agricultura Urbana e Periurbana de São Paulo (PROAURP) e o atual Plano Diretor Estratégico do Município, que inclui a AUP como atividade. Quanto à legislação específica relacionada ao uso do solo, os autores apontam a falta de articulação com a AUP, havendo casos de restrição à prática no meio urbano, o que coloca os horticultores urbanos em situação de vulnerabilidade em relação à posse da terra.

Em relação aos marcos institucionais, os municípios foram agrupados em três grandes grupos: aqueles que possuem espaços específicos para a gestão da AUP através de coordenações especializadas, no qual se insere a minoria dos municípios estudados; aqueles que desenvolvem ações de AUP através de secretarias específicas, porém não diretamente relacionadas ao tema; e aqueles em que AUP é tratada de forma fragmentada, desarticulada e superposta, através de várias secretarias municipais, desconsiderando o caráter sistêmico e multifuncional da iniciativa, onde a maioria dos municípios pesquisados está inclusa.

No que diz respeito às políticas públicas, os autores chamam a atenção para a não existência de uma política nacional que trate da AUPvi. Além disso, afirmam que nas regiões analisadas as políticas públicas para AUP se encontram pouco desenvolvidas e desarticuladas das outras políticas. O que existe, segundo a pesquisa, são projetos pontuais voltados para “hortas escolares”, “hortas em quintais” ou “hortas comunitárias”.

Diante deste questões, como seria possível inserir a agricultura no planejamento urbano, de maneira mais abrangente, reconhecendo-a como uma prática multifuncional? A partir das leituras realizadas, foram selecionados alguns pontos que podem orientar a reflexão:

**1) Inventariar um conjunto de boas práticas**

Algumas cidades têm encontrado caminhos para inserir a agricultura em um marco normativo e criado agentes institucionais responsáveis por desenvolver políticas públicas. É preciso avaliar de que maneira essas ações tem sido realizadas, quais os erros e acertos destas práticas e o que delas se pode extrair para aplicação em outras realidades. No entanto, não se pode negligenciar a importância de demandas locais específicas, sendo necessária a análise da realidade local, levantando barreiras e potencialidades para a prática da AUP, buscando soluções com aplicabilidade.

Um exemplo de iniciativa que pode servir como base para outros projetos é o estudo feito por alunos da Escola de Estudos Urbanos e Planejamento da Universidade Estadual de Portland sobre possibilidades de expansão da AUP na cidade de Portland, encomendado pela prefeitura. O trabalho consiste em um inventário de terrenos públicos com potencial para o desenvolvimento de atividades agrícolas, avaliando as condições do terreno, sua acessibilidade, a legislação incidente, tamanho e usos do solo nas proximidades. Esse inventário resultou em um mapa que classificou cada terreno como apto a receber um destes tipos de usos: hortas comunitárias, operações de cultivo de pequena escala, operações de cultivo de larga escala e cultivo em superfícies impermeáveis ou solo pobre em nutrientes. Além disso, o estudo também mapeia as iniciativas de agricultura urbana existentes, classificando-as em hortas escolares, hortas comunitárias, agricultura apoiada pela comunidadevii e pontos de venda dos produtos. O estudo inclui uma análise sobre as potencialidades e desafios de inclusão da AUP na cidade e finaliza com recomendações.

Este tipo de levantamento pode ser feito utilizando dados já existentes nas bases de pesquisa de universidades ou prefeituras e metodologias já aplicadas e reconhecidas, como a análise do sistema de espaços livresviii, no caso do Brasil, e o geoprocessamento. Nesse caso, podem ser adicionados na análise os terrenos de propriedade privada sem uso que se adequem à iniciativa e buscar instrumentos de regulação que permitam acordos com seus proprietários para usufruto temporário visando a prática da AUP.

**2) Incluir a AUP no desenho urbano**

É necessário pensar estratégias para inclusão da AUP no desenho urbano. Um dos conceitos que pode ser utilizado para os projetos urbanos é o do paisagismo comestível, que consiste em criar paisagens que mesclem espécies ornamentais com espécies comestíveis, a fim de criar paisagens interessantes. Iniciativas como os pomares urbanos e a escolha de árvores frutíferas para projetos de parques, praças e canteiros podem contribuir também nesse sentido. Outro aspecto importante a ser pensado é a articulação da AUP na infraestrutura urbana e com os serviços das cidades, como drenagem, reuso de águas, sistema de tratamento de resíduos sólidos e sistema de transportes.

**3) Fortalecer e desenvolver atividades de apoio à AUP**

Para que a AUP possa ser potencializada, a existência de atividades de apoio à iniciativa é essencial. Dentre as atividades de apoio importantes estão os centros de compostagem, os bancos de troca de sementes, realização de feiras periódicas e a divulgação apropriada de pontos de venda de alimentos e iniciativas de AUP.

**4) Criar marcos legais para a AUP**

A criação de uma política local para a AUP é essencial para o incentivo da prática. Também é necessário que ela figure em legislações que tratam da ordenamento e planejamento da cidade, como o Plano Diretor municipal e metropolitano e as respectivas Leis de Uso e Ocupação do Solo. É preciso buscar também, nos marcos legais já existentes, de outras esferas do governo, instrumentos que facilitem a viabilização da prática da AUP. O Estatuto da Cidade incorpora alguns instrumentos que podem facilitar o acesso à terra, que é um dos principais entraves à atividade permanência de atividades agrícolas nas cidades.

**5) Criar marcos institucionais para a AUP**

É também importante que sejam criadas secretarias específicas que tratem do tema da AUP nos municípios ou mesmo departamentos especializados dentro de secretarias existentes. Tendo em vista o caráter multifuncional da AUP, é fundamental que haja uma articulação com outras secretarias e departamentos municipais que tenham relação com a AUP;

**6) Desenvolver políticas públicas para a AUP**

As políticas voltadas para a AUP devem existir para fortalecer a atividade de planejamento e as ações setoriais. São diversos os exemplos de iniciativas de políticas públicas para a AUP aplicados em cidades ao redor do globo que podem ser utilizados como referência. É preciso, no entanto, criar uma política abrangente de incentivo à produção agrícola e não apenas focar em iniciativas setoriais que investem somente em um tipo de prática. Nessas políticas, é essencial que se pensem em formas de financiamento, assistência técnica, ações educativas e fomento à pesquisa, ensino e extensão que se relacionem à AUP.

**7) Incluir a comunidade em todo o processo**

Todas as etapas do processo de inclusão da AUP no planejamento urbano devem ser pensadas de forma a incluir a participação social, pois é um direito da população ser informada e poder participar do planejamento das cidades. Além disso, não faz sentido elaborar uma política de AUP sem participação comunitária, uma vez que alguns dos projetos dependerão da participação ativa de moradores locais, como as hortas comunitárias. Todas as informações importantes devem ser facilmente acessadas pelo público em geral.

**CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A pesquisa realizada demonstra a importância da abordagem multifuncional da AUP, que deve ser entendida para além do seu potencial. Quando inserida no contexto do planejamento urbano, a AUP pode contribuir para a amenizar problemas como a carência de infraestrutura verde, deficiências na drenagem, a falta de coesão social, a persistência de terrenos ociosos e o abandono de espaços públicos. Portanto, por suas potencialidades, esta iniciativa deve fazer parte do planejamento das cidades. Contudo, são diversos os desafios para a efetivação e fortalecimento da prática da AUP, sendo o principal entrave a dificuldade de acesso à terra urbana. Para enfrentar tais desafios, é preciso que haja esforço conjunto do setor público, privado e da comunidade.

No que diz respeito à dissertação, a pesquisa direcionou o entendimento do papel do Gramorezinho em uma perspectiva mais abrangente. Além da importância da área para o abastecimento alimentar em Natal e sustento das famílias que compõe a comunidade, o Gramorezinho cumpre um importante papel acrescentando infraestrutura verde à cidade, contribuindo para a biodiversidade e para a preservação de uma paisagem e uma cultura singular. Estes fatores reforçam a importância da permanência da atividade agrícola no local e a sua regulamentação com AEIS de Segurança Alimentar. Tal regulamentação pode funcionar como o ponto de partida para uma política mais abrangente de AUP para Natal, que potencialize o papel multifuncional da agricultura.

**AGRADECIMENTOS**

À prof.ª Ruth Ataíde, pela orientação dedicada à pesquisa.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 10.257, de 10 de julho de 2001**. Regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal, estabelece diretrizes gerais da política urbana e dá outras providências. Brasil, 2001.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 11.346, de 15 de setembro de 2006.** Cria o Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN com vistas em assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Brasil, 2006.

LOVELL, Sarah Taylor. Multifunctional Urban Agriculture for Sustainable Land Use Planning in the United States. **Sustainability**. Basel, v. 2, p. 2499-2522, 2010.

MAIA, Doralice Sátyro. Hábitos rurais em vidas urbanas. In: DAMIANI, Amélia Luisa; CARLOS, Ana Fani Alessandri; SEABRA, Odette Carvalho De Lima. **O espaço no fim do século**: a nova raridade. São Paulo: Contexto, 1999. p. 214 – 220.

MEDEIROS, Camila Bezerra Nobre de. **AEIS de Segurança Alimentar do Gramorezinho em Natal/RN**: definições e diretrizes. Projeto de Pesquisa da dissertação. (Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo). UFRN, Departamento de Arquitetura, Natal, 2015.

MOUGEOT, Luc J. A. Urban agriculture: concept and definition. **Urban Agriculture Magazine**. Holanda, v.1, n.1, jul. 2000.

NATAL. Câmara Municipal. **Lei Complementar Nº 082, de 21 de junho de 2007**. Dispõe sobre o Plano Diretor de Natal e dá outras providências. Natal: DOM, 2007.

PORTLAND STATE UNIVERSITY. **The Diggable City**: Making Urban Agriculture a Planning Priority. Portland: School of Urban Studies and Planning, 2005.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana Cristina. **Panorama da Agricultura Urbana e Periurbana no Brasil e Diretrizes Políticas para sua promoção**: Identificação e Caracterização de Iniciativas de AUP em Regiões Metropolitanas Brasileiras. Belo Horizonte: IPES/REDE, 2007.

ZAAR, Miriam Hermi. A agricultura urbana e periurbana (AUP) no marco da soberania alimentar. **Sociedade e Território**. Natal, v. 27, n. 3, p. 26-44, Jul./Dez. de 2015.

**NOTAS**

1. Indicada no Mapa 04 do Anexo II do PDN/2007, juntamente com áreas agrícolas remanescentes da cidade.

   ii A exemplo do projeto *Cidades sem Fome*, organização que atua na Região Metropolitana de São Paulo e que visa a integração social de grupos vulneráveis através da horticultura como ferramenta para promoção de renda, emprego e garantia de alimentação.

   iii Distância percorrida por um alimento do seu local de produção ao local de consumo.

   iv O capital social é entendido de acordo com o conceito definido por Jane Jacobs no seu livro *Morte e Vida nas Grandes Cidades* (1961), com sendo a rede de relações forjada em um bairro, acumulado lenta e ocasionalmente.

   v Ver o projeto *Incredible Edible Todmorden*. Informações disponíveis em: <http://www.incredible-edible-todmorden.co.uk/>.

   vi No entanto, atualmente tramita na Câmara dos Deputados um projeto de lei que institui a Política Nacional de Agricultura Urbana e Periurbana pelo Projeto de Lei 906/15.

   viii Iniciativa na qual a comunidade paga pelos produtos agrícola de forma adiantada, se fidelizando a um produtor e proporcionado a este a proteção econômica necessária para a continuidade da produção.

   viii Ver MACEDO, Silvio et al. **Sistema de espaços livres**: o cotidiano, apropriações e ausências. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009. / TARDIN, Raquel. **Espaços livres**: sistema e projeto territorial. Sobre a ordenação do território a partir dos espaços livres. Rio de Janeiro, 7Letras, 2008. [↑](#endnote-ref-1)